

Famílias e empresas açorianas estão a contrair mais crédito

As famílias e as empresas açorianas estão a contrair mais dívida junto da banca, segundo os últimos dados consultados pelo “Diário dos Açores”.

No primeiro trimestre deste ano, empresas e particulares contraíram 4.980,1 milhões de euros junto as instituições de crédito dos Açores, quando no mesmo período do ano passado tinham sido 4.948,1 milhões de euros, uma subida de mais de 30 milhões de euros.

O grosso da dívida das famílias é para a habitação, com mais de 2 mil milhões de euros (cerca de mil milhões para consumo), enquanto as empresas recebem 1,7 mil milhões de crédito.

Esta subida da dívida das famílias e empresas está em linha com o que acontece, também, a nível nacional.

Com efeito, o endividamento dos particulares está a subir desde janeiro, tendo atingido 152,1 mil milhões de euros em maio, o valor mais elevado desde agosto de 2013.

Os dados são do Banco de Portugal e revelam que a banca continua a ser a principal fonte de financiamento, mas a dívida junto de empresas não financeiras também registou um ligeiro aumento.

Segundo os dados atualizados na semana passada pelo regulador, o endividamento da economia portuguesa voltou a aumentar em maio pelo terceiro mês seguido para 808,4 mil milhões de euros.



Deste total, 443,4 mil milhões de euros respeitavam ao setor privado (empresas privadas e particulares) e 365,1 mil milhões ao setor público.

Entre os particulares, que inclui famílias, empresários em nome individual e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, o endividamento foi descendo ligeiramente ao longo do último ano, totalizando 150,6 mil milhões de euros em dezembro de 2023.

Contudo, desde o arranque do ano que tem subido, registando-se um aumento de 1,5 mil milhões de euros entre janeiro e maio, verificando-se também

um salto face a maio de 2023.

Na comparação anual, subiu 0,9%, um valor superior ao verificado em abril (0,6%).

Este endividamento inclui passivos sob a forma de empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais.

A maioria do endividamento dos particulares é feita, sem surpresas, junto de empresas financeiras, seguindo-se o endividamento junto do resto do mundo.

Em menor dimensão encontra-se o financiamento das empresas aos particulares, abrangendo quer empréstimos

(por exemplo, casos de adiantamentos por conta de lucros ou contrato de mútuo celebrado entre a sociedade e os sócios), quer créditos comerciais.

Entre janeiro e maio, o passivo junto da banca cresceu 1,2 mil milhões de euros, mas o endividamento junto de empresas não financeiras também aumentou, embora num ritmo mais moderado (302,28 milhões de euros).

Já o endividamento de particulares junto de outros particulares subiu 65 milhões de euros e junto do resto do mundo caiu 14,85 milhões de euros, enquanto o financiamento junto das Administrações Públicas manteve-se relativamente estável.

Segundo os dados estatísticos do Banco de Portugal, o endividamento dos particulares com empréstimos subiu 0,84% entre janeiro e maio, aumentando em todas as vertentes.

No quinto mês deste ano, ascendia a 147,1 mil milhões de euros, sendo que 103 mil milhões de euros são referentes a crédito à habitação e 49,1 mil milhões de euros referentes a créditos ao consumo e para outros fins.

No caso dos créditos comerciais (abrangem, por exemplo, casos de uma transação comercial que originou um débito por regularizar por não sido feito o pagamento na altura em que ocorreu a transação), endividamento de particulares ascendia a 5.047 milhões de euros no final de maio, conclui o Banco de Portugal.

Somos dos que mais trabalham (39 anos) até à reforma

Portugal continua a ser um dos países da União Europeia (UE) onde mais tempo se trabalha até à reforma, superando a média dos 27.

Segundo os dados divulgados agora pelo Eurostat, em 2023, o tempo médio de vida ativa em Portugal subiu para 39,1 anos, quase um ano a mais em relação à média de 2022, quando os portugueses trabalhavam, em média, 38,3 anos até se aposentarem.

Estes valores colocam Portugal em 7.º lugar entre os 27 Estados-membros onde mais anos se trabalha (em 2022 ocupava a 8.ª posição). Além disso, a carreira média em Portugal dura mais de dois anos do que a média da UE, que se cifrou nos 36,9 anos.

Em Portugal trabalha-se mais anos do que em países como Roménia e Itália, onde o número médio de anos de trabalho não supera os 33 anos, ou até mesmo Croácia, Grécia, Bulgária e Bélgica, onde a vida ativa não vai além dos 35 anos.

Em sentido contrário, trabalha-se menos em Portugal do que em países como Irlanda, Estónia e Noruega, onde um pro-

fissional tem de trabalhar mais de 40 anos até se reformar.

A duração média da vida ativa a nível nacional aproxima-se mais da registada na Alemanha e na Finlândia, indica o Eurostat.

Por sexo, números diferentes

Mas os dados diferem quando se analisa por sexo.

Segundo o Eurostat, para os homens, a duração prevista da vida ativa é, em média, de 39 anos na UE, com as durações mais longas registadas nos Países Baixos (45,7 anos), na Suécia (44,1 anos), na Dinamarca e na Irlanda (ambas com 42,8 anos), e as mais curtas na Croácia (35,4), na Bulgária e na Roménia (ambas com 35,6 anos).

Para as mulheres, a duração média da vida ativa na UE é de 34,7 anos, com as durações mais longas registadas na Suécia (41,9 anos), seguida dos Países Baixos e da Estónia (ambos com 41,5 anos), e as mais curtas na Itália (28,3 anos), Roménia (28,5 anos) e Grécia (30,6 anos). Em Portugal, os homens trabalham 40,1 e as

mulheres 38,2 anos.

O caso dos Açores com a reforma mais cedo

Recorde-se que é intenção do Governo dos Açores implementar a reforma mais cedo para os açorianos.

O Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, já anunciou, em Outubro do ano passado, uma anteproposta do Governo dos Açores para que os açorianos se reformem no “tempo certo” é uma reivindicação “justa” e que faz parte do “programa político” do XIII Governo dos Açores.

Segundo Artur Lima, os açorianos estão “claramente” numa “situação de desigualdade no acesso à pensão de velhice em relação ao resto do país”, em virtude da esperança média de vida e dos descontos para a Segurança Social.

“É um facto que a esperança média de vida é diminuta nos Açores em mais de dois anos”, explicou.

E prosseguiu: “é também um facto inegável que os Açorianos contribuem com os

seus descontos tanto quanto a população em geral, mas beneficiam menos tempo da sua reforma”.

“É bom que fique claro que não estamos a tirar nada a ninguém. Descontamos o que tínhamos para descontar, só que depois não gozamos tudo o que tínhamos para gozar da nossa reforma, porque vivemos menos dois anos e uns meses”, argumentou.

Deste modo, o Vice-Presidente do Governo realçou que “estão reunidos fundamentos válidos para corrigir essa situação”, respeitando os princípios da diferenciação positiva e da equidade social plasmados na Lei de Bases da Segurança Social.

De acordo com Artur Lima, se o cálculo fosse aplicado no ano corrente, os açorianos acederiam à pensão de velhice aos 64 anos e um mês ao invés dos 66 anos e quatro meses.

Esperando uma “pronúncia unânime” da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o responsável pela pasta da solidariedade social lembrou que será a Assembleia da República a ter a “última e derradeira palavra” sobre a proposta.